



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS - MG



PARECER PARA DISCUSSÃO EM TURNO ÚNICO
PROJETO DE LEI N.º 5, DE 2021

Autoriza o Poder Executivo a instituir programa especial contra a dengue por meio de sorteios de prêmios entre os munícipes que mantiverem suas propriedades limpas, e dá outras providências.

Autor: Prefeito Municipal

Relator: Vereador JOSÉ JOAQUIM PINTO
(BARROSO)

I RELATÓRIO

O presente projeto, apresentado pelo Prefeito, tem por escopo autorizar o Poder Executivo a instituir programa especial contra a dengue por meio de sorteios de prêmios entre os munícipes que mantiverem suas propriedades limpas, e dá outras providências.

Segundo o art. 2º, o objetivo do programa é o de engajar a população aos esforços de manter a cidade limpa e de combater o mosquito *aedes aegypti*, transmissor da dengue e de outras doenças.

O projeto prevê que o programa será regulamentado por meio de decreto do Prefeito Municipal.

Serão distribuídos bens duráveis novos, no valor estimado de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), adquiridos com recursos ordinários da Secretaria Municipal de Saúde ou de outras fontes do Sistema Único de Saúde (SUS).

De acordo com o projeto, poderão participar do programa os proprietários, locatários, comodatários, cessionários ou representantes legais de proprietários de imóveis residenciais, comerciais, industriais ou de instituições, localizados no Município.

Por fim, o projeto informa que as despesas previstas correrão por conta de dotações próprias

Acompanham o projeto estimativa do impacto orçamentário-financeiro da despesa criada, documento de fl. 6, e a declaração do Prefeito Municipal de que a despesa criada tem adequação orçamentária e financeira na Lei Orçamentária de 2021, Lei n.º 2.021, de 21 de dezembro de 2020, e é compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021 e com o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021, documento de fl. 7.

No último dia 8 de fevereiro, esse projeto foi distribuído a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação para, nos termos do art. 37 combinado com o art. 61, do Regimento Interno, receber parecer quanto aos aspectos da sua constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa.

É, em síntese, o relatório.

II FUNDAMENTAÇÃO

A matéria do Projeto de Lei n.º 5, de 2021, é de interesse local, por versar sobre a instituição de programa de âmbito municipal.

Segundo o art. 14, *caput* e inciso II, da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 30, *caput* e inciso I, da Constituição Federal, compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local.

Ainda de acordo com a Lei Orgânica do Município, art. 15, *caput* e inciso II, compete ao Município, em cooperação com a União e o Estado, cuidar da saúde e da assistência pública.

Portanto, está entre as atribuições do Município desenvolver ações na área da atenção básica à saúde, o que abrange medidas de prevenção às doenças, como é o caso do combate às endemias.

O projeto informa que a despesa prevista se acha prevista nas leis orçamentárias vigentes, conforme art. 6º e documentos de fls. 6 e 7. Portanto, o projeto possui adequação financeira e orçamentária.

Por ocasião da regulamentação do projeto, deve o Poder Executivo estabelecer critérios objetivos para selecionar os beneficiários dos prêmios que serão distribuídos, para se evitar tratamento desigual entre os moradores da cidade.

A redação da matéria em estudo é razoável e se encontra formulada de acordo com as disposições da Lei Complementar n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998, alterada pela Lei Complementar n.º 107, de 26 de abril de 2001, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

III CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, esta Comissão acolhe o voto do relator e conclui pela constitucionalidade, legalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei n.º 5, de 2021.

Sala das Reuniões, 15 de fevereiro de 2021.


JOSÉ JOAQUIM PINTO (BARROSO)
Relator

ELMAR FERNANDES DE RESENDE
Presidente


JANICLEIDE ALVES DA SILVA
Membro